

REPRESENTAÇÕES DO COLONIALISMO NOS MANUAIS ESCOLARES DE HISTÓRIA DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL NO PERÍODO APÓS A INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO EXECUTIVO

A imagem do colonialismo e sua abordagem foram construídas e modificadas em dois períodos distintos. Da independência nacional em 1975 até a introdução da Constituição em 1990, o colonialismo foi representado de forma dura e negativa, cujas narrativas construídas relacionavam-se com o seu caráter “explorador” ou “dominador”, “opressor”, “ambicioso”, “desumano”, “racista e discriminatório”, criador da desigualdade e da pobreza nas colónias. Por seu turno, o período subsequente, (1990 – a atualidade) o colonialismo foi e tem sido representado de forma crítica e reflexiva, com uma visão menos dicotómica e rígida que permite abordagem não apenas de aspetos negativos, mas também de positivos, tais como a herança de um conjunto de infraestruturas, a influência colonial na divisão político-administrativa, a difusão da ciência e das línguas europeias, entre outros. Estas são algumas conclusões da investigação na tese de doutoramento intitulada ["Representações do Colonialismo nos Manuais Escolares de História do 1º Ciclo do Ensino Secundário geral no período pós-independência em Moçambique"](#).



IDEIAS



21 DE JULHO DE 2020



CASSIMO MANUEL JAMAL
CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E
SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE DO MINHO



CITAÇÃO

Jamal, C. M. (2019). Representações do colonialismo nos Manuais Escolares de História do 1º ciclo do ensino secundário geral no período pós-independência em Moçambique. *Communitas Think Tank – Ideias*.
Online: <http://www.communitas.pt/ideia/o-colonialismo-nos-manuais-escolares-de-historia-do-1o-ciclo-do-ensino-secundario-em-mocambique-apos-a-independencia/>

Investigar as representações sociais constitui um dos propósitos dos Estudos Culturais, que têm o compromisso de examinar criticamente os modos de interpretação da realidade social e as práticas culturais. Este processo tem sido caracterizado por conflitos sociais e pelas relações de poder, tendentes a apropriação e seleção de memórias do passado por um grupo, assim como para o seu apagamento ou silenciamento. Por isso, enquadrada na área de Estudos Culturais, a [investigação](#) procurou analisar como é que o passado colonial tem sido representado nos manuais escolares de História do 1o ciclo do ensino secundário geral em Moçambique, no período após a independência e que propósitos a ele se relacionavam. Procura ainda aferir como as relações entre Moçambique e Portugal, inicialmente constituídas na base da diferenciação e de dominação (nós vs. eles, europeus vs. africanos, etc.), foram sendo reconstruídas e modificadas para uma relação menos binária e no reconhecimento do “outro” como parte de “nós”.

Para analisar as representações do colonialismo no Sistema Nacional de Educação em Moçambique no período após a independência, a investigação buscou estudar os manuais escolares de História do 1o ciclo do ensino secundário, produzidos no período após independência. Para melhor aprofundamento do tema, recorreu-se a outros documentos de ensino produzidos neste período e a entrevistas a pessoas envolvidas na sua produção e ensino. Procurou-se nos documentos, tanto nas pessoas envolvidas entender as políticas que orientaram a sua produção, as narrativas e ideologias veiculadas, ou seja, que relações se pretendem construir entre Moçambique e Portugal.

Orientada na base de uma abordagem qualitativa e do método dialético, a investigação assentou na implementação de procedimentos de análise de conteúdo que incidiram sobre o conteúdo dos programas e dos manuais escolares de História, das entrevistas aos professores, autores de manuais e técnicos do INDE (Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação), instituição que elabora os programas e políticas de ensino em Moçambique. A análise de conteúdo é uma técnica de análise qualitativa que assenta na leitura, compreensão e interpretação de toda classe de documentos, abrindo assim as portas ao conhecimento de aspetos e de fenómenos da vida social que de outro modo seriam inacessíveis (Bardin, 2014).

A análise das representações do colonialismo a partir de manuais escolares em Moçambique permite-nos afirmar que o ensino do colonialismo variou ao longo dos tempos em função dos objetivos pretendidos em cada um dos contextos históricos do país (monopartidário e o multipartidário). Assim, no

O ensino do colonialismo variou ao longo dos tempos em função dos objetivos pretendidos em cada um dos contextos históricos do país (monopartidário e multipartidário).

período monopartidário o ensino do colonialismo visava, a partir de um passado comum marcado pela exploração e discriminação, criar um sentimento de revolta e de rejeição do sistema colonial. Uma negação ao colonialismo com vista a criar a unidade e a identidade nacional. Trata-se de um contexto político de partido único, de ideologia marxista-leninista, que centralizou todo o processo de ensino, influenciando tanto a conceção de políticas educativas do modelo de educação, como a produção de materiais de ensino. O colonialismo, enquanto um dos conteúdos de ensino, era transmitido como a razão de todos os males, em particular, da pobreza e do subdesenvolvimento. Por isso, o seu ensino tinha um carácter “informativo”, pois o seu objetivo era o de resgatar as memórias coloniais de forma a facilitar a criação da nova geração que se pretendia “o Homem Novo”. As principais narrativas construídas sobre o colonialismo neste período relacionavam-se com o seu carácter “explorador” ou “dominador”, “opressor”, “ambicioso”, “desumano”, “racista e discriminatório”, criador da desigualdade e da pobreza nas colónias.

Essa conceção politico-ideológica prolongou-se até à aprovação da Lei n.º 6/92 que introduziu o multipartidarismo. Embora a nova Lei em referência tenha manifestado intenção de introduzir mudanças, de abordar a História de uma forma que se distanciasse da ideologia marxista-leninista, prevalecia ainda a marca socialista no ensino. Situação esta que viria a alterar-se a partir de 2004-2008, quando se iniciou a revisão curricular dos Ensinos Básico e Secundário Geral.

Nestas reformas, concebe-se a educação como o meio de inserção do indivíduo no mundo global. De acordo com os programas de ensino, um dos pressupostos que norteou o processo de elaboração dos programas foi o de permitir a formação de cidadãos que reconhecem e são capazes de conviver com a pluralidade de valores.

Nesta vertente, as reformas levadas a cabo incidiram sobre o reforço da componente da História local, a profissionalização do ensino, o conhecimento de línguas estrangeiras e sobretudo, o aprofundamento das relações de convivência e de tolerância. O pluralismo político e social defendido nestes documentos tem vindo a contribuir para a liberalização do ensino, permitindo a entrada de várias editoras e, conseqüentemente, a diversidade de manuais escolares e de outros meios de ensino.

Em função desses pressupostos curriculares, a abordagem do colonialismo no sistema de ensino agora em vigor regista uma tendência crítica e

No período monopartidário o ensino do colonialismo visava, a partir de um passado comum marcado pela exploração e discriminação, criar um sentimento de revolta e de rejeição do sistema colonial.

As reformas levadas a cabo incidiram sobre o reforço da componente da História local, a profissionalização do ensino, o conhecimento de línguas estrangeiras e, sobretudo, o aprofundamento das relações de convivência e de tolerância.

“formativa”. Refere-se ao ensino de memórias do passado que possam contribuir para o desenvolvimento da capacidade de o aluno adquirir um profundo conhecimento de si próprio e da sua cultura, como condição para o conhecimento dos outros. Só assim poderá permitir o desenvolvimento do espírito de tolerância, o respeito pelas diferenças, rumo à inserção num mundo global.

De facto, os dados da investigação revelaram que é possível encontrar nesses documentos uma visão menos dicotómica e rígida do colonialismo. Apontam-se como aspetos positivos a herança de um conjunto de infraestruturas, a influência colonial na divisão político-administrativa, a difusão da ciência e das línguas europeias, entre outros. Ainda, os atuais manuais e programas escolares procuram distanciar-se da anterior abordagem tipicamente socialista e monolítica, para enfatizar o pluralismo de ideias, segundo uma abordagem democrática e formativa.

Apesar desse esforço de procurar distanciar-se da abordagem socialista do colonialismo nos documentos em análise é visível que as grandes narrativas permanecem as mesmas, apesar da mudança de linguagem. Nesta vertente, o colonialismo português de forma mais específica continua a ser descrito como a causa do subdesenvolvimento de Moçambique pois entende-se que este ainda não era um país industrializado. Assim, a gestão das suas colónias passou por conta das companhias privadas e concessionárias tendo, por isso, incrementado dupla exploração. Permanece ainda nestes documentos uma forte componente da abordagem da História que incide sobre o movimento socialista e seu contributo para a Luta Armada de Libertação Nacional. Por um lado, o desencadeamento dessa luta contou com apoio de muitos países africanos, principalmente os de colonização inglesa e francesa, por outro lado, beneficiou de apoio de países Latino-Americanos e Asiáticos de ideologia socialista. É referido por exemplo, o apoio prestado aos guerrilheiros da Frelimo pela Argélia e Tanzânia, tanto no treinamento militar, quanto no estabelecimento de bases de guerrilha (Sopa, 2011). A referência sobre a Luta Armada é enfatizada nesses documentos como um exemplo a ser seguido pelas gerações vindouras. Da mesma forma, os programas orientam para a realização de pesquisas e entrevistas com personalidades que se destacaram no processo de lutas anticoloniais.

Apesar desse esforço de procurar distanciar-se da abordagem socialista do colonialismo nos documentos em análise é visível que as grandes narrativas permanecem as mesmas, apesar da mudança de linguagem.

do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020/, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020).



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jamal, C. M. (2019). Representações do colonialismo nos Manuais Escolares de História do 1o ciclo do ensino secundário geral no período pós-independência em Moçambique. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/65722>